



METRO DO PORTO, S.A.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL

RELATIVO AO PERÍODO

1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015



## 1. INTRODUÇÃO

A Metro do Porto, S.A. (adiante designada por Metro do Porto) foi constituída em 1993 e tem por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto (AMP), bem como a construção das infraestruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, o qual foi objeto de diversas alterações, foi atribuída à Metro do Porto a concessão do sistema de metro ligeiro na AMP por um período de 50 anos.

A estrutura acionista da Metro do Porto é a seguinte:

Acionistas	% Capital detido
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP - Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Município de Gondomar	0,0001%
Município da Maia	0,0001%
Município de Matosinhos	0,0001%
Município do Porto	0,0001%
Município da Póvoa de Varzim	0,0001%
Município de Vila do Conde	0,0001%
Município de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Os acionistas da Metro do Porto celebraram um Acordo Parassocial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, cuja revisão, embora prevista, não se concretizou.



Nos termos da Base XIII das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da AMP (Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro), foi estabelecido que o financiamento da concessão é assegurado por:

- Receitas decorrentes da atividade da concessionária;
- Dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus acionistas;
- Eventualmente, pelo produto de empréstimos a contrair pela Metro do Porto.

Nos termos da legislação em vigor, designadamente no n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos da Metro do Porto, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, é da competência do Conselho Fiscal proceder à elaboração do relatório da fiscalização efetuada no trimestre.

## 2. FACTOS RELEVANTES

Ao longo do 4º trimestre de 2015, procedemos ao acompanhamento da atividade desenvolvida pela Metro do Porto, sendo de destacar os seguintes factos:

- Em 26 de outubro, foi assinado com a Transdev Mobilidade, S.A. o contrato de subconcessão da operação do sistema de metro ligeiro, o qual foi remetido para fiscalização prévia ao Tribunal de Contas. Este processo foi suspenso de acordo com as instruções recebidas em dezembro do Ministério do Ambiente, uma vez que estava a ser reavaliado o respetivo processo de contratação;
- Foi celebrado com a Prometro, S.A. o quarto aditamento ao contrato de subconcessão que deveria ter terminado em 31 de dezembro de 2014, tendo em visto assegurar a continuidade da sua operação, face ao atraso na entrada em funções do novo operador, prorrogando a sua prestação de serviço até 29 de fevereiro de 2016, com a possibilidade de opção pelo período adicional de um mês. Este aditamento recebeu o visto prévio do Tribunal de Contas em 3 de dezembro;
- Também o contrato de manutenção da frota de material circulante celebrado com a EMEF foi aditado, prolongando a sua vigência para o período decorrido entre 1 de novembro de 2015 e 29 de fevereiro de 2016, com a possibilidade de opção pelo período adicional de um mês;
- Em outubro, teve início a audiência de julgamento dos processos judiciais intentados pelo Banco Santander Totta contra a Metro do Porto e outras empresas públicas de transportes;
- Foi atingido no final do ano um novo recorde anual de validações (57,7 milhões) e de número de passageiros kms transportados (294,5 milhões), sendo atingida pela primeira vez uma taxa de cobertura positiva.



### 3. ANÁLISE DAS CONTAS

Em anexo ao presente relatório são apresentados o Balanço e a Demonstração dos resultados por naturezas reportados a 31 de dezembro de 2015, os quais foram elaborados de acordo com as disposições previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

Foram disponibilizados ao Conselho Fiscal todos os elementos solicitados, nomeadamente os balancetes mensais e as notas técnicas respeitantes à informação mensal operacional e financeira, bem como as atas do Conselho de Administração. Em reuniões com os administradores e responsáveis pelos serviços foram prestados todos os esclarecimentos solicitados. O Revisor Oficial de Contas, membro deste Conselho Fiscal, prestou informações sobre o trabalho de revisão legal das contas desenvolvido relativamente ao trimestre em análise.

Procedemos à análise da evolução dos saldos de balanço e à análise comparativa dos saldos das contas de gastos e rendimentos no último trimestre de 2015 com igual período do ano anterior, que podem ser apreciadas nas demonstrações financeiras apresentadas em anexo. No ponto seguinte são apresentadas e comentadas as variações que se entende destacar.

#### 3.1 CONTAS DE BALANÇO

##### 3.1.1 Ativos intangíveis

O quadro seguinte apresenta a evolução da rubrica "Ativos intangíveis" no quarto trimestre de 2015:

Ativos intangíveis	31-12-2015	30-09-2015	Variação
Programas de computador	286	284	2
Ativos fixos reversíveis	2.533.327	2.530.222	3.105
Amortizações acumuladas	-592.900	-578.289	-14.611
Em curso	68.574	72.383	-3.809
<b>Total</b>	<b>2.009.287</b>	<b>2.024.600</b>	<b>-15.313</b>

(Valores em milhares de euros)

A variação negativa do saldo desta rubrica resulta essencialmente das amortizações reconhecidas no período em análise, as quais são calculadas pelo método da linha reta pelo período de vida útil decorrente entre a data em que os bens estão disponíveis para uso e o período remanescente da concessão.



### 3.1.2 Provisões

No período em análise assistiu-se ao reforço do valor acumulado das provisões, o qual apresenta a seguinte decomposição:

Provisões	31-12-2015	30-09-2015	Variação
Renovação dos ativos da concessão (IFRIC 12)	533.089	597.000	-63.911
Processos judiciais em curso	51.399	48.360	3.039
Outras provisões	592	1.520	-928
<b>Total</b>	<b>585.080</b>	<b>646.880</b>	<b>-61.800</b>

(Valores em milhares de euros)

A variação registada resulta, essencialmente, da redução da provisão reconhecida para fazer face à responsabilidade de renovação dos ativos da concessão, decorrente da obrigação de assegurar as perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção dos bens afetos à concessão, que serão, no final do período da mesma, revertidos para o Estado, conforme definido nas Bases de Concessão.

O decréscimo da provisão para renovação dos ativos da concessão resulta da revisão das estimativas dos gastos de manutenção e dos preços de substituição do material circulante, bem como do efeito da atualização financeira da provisão (cerca de 2,7 M€), que afetou favoravelmente o resultado do período.

As provisões para processos judiciais em curso foram reforçadas em função das expectativas de gastos a incorrer com os processos de expropriação e contencioso em aberto, dos quais se destaca o litígio com o Banco Santander Totta, referente aos contratos de swaps de taxa de juro.

### 3.1.2 Financiamentos Obtidos

A responsabilidade da Metro do Porto a 31 de dezembro relativa a financiamentos obtidos era a seguinte:

Descrição	Corrente	Não corrente
Empréstimo por obrigações	0	0
Empréstimos bancários	2.500	524.500
Empréstimos do Estado/DGTF	435.438	1.549.368
Banco Europeu de Investimento	47.777	573.074
Locação operacional	6.540	174.179
<b>Total</b>	<b>492.254</b>	<b>2.821.120</b>

(Valores em milhares de euros)



O empréstimo por obrigações contraído, no valor de 50 M€, atingiu a sua maturidade em novembro de 2015, data em que foi integralmente reembolsado.

De acordo como o previsto no nº 1 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (regime jurídico do Setor Público Empresarial), a Metro do Porto encontra-se impedida de contrair novos financiamentos junto da banca, salvo perante instituições financeiras de carácter multilateral. Consequentemente, a cobertura das necessidades de financiamento da empresa tem vindo a ser assegurada por empréstimos do Estado concedidos através da DGTF.

Os principais movimentos registados nesta rubrica, no decurso do terceiro trimestre, foram os seguintes:

- foi obtido um novo financiamento, no valor de 248 M€, concedido pela DGTF
- foram reembolsados financiamentos obtidos junto da DGTF, no montante de 176 M€
- no âmbito do contrato de locação celebrado com a Nortrem ACE, foi reembolsado capital no valor de 1,7 M€.

### 3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

Ao nível da procura, registou-se em 2015 um aumento da procura de 1,4% face ao ano anterior, tendo sido registadas 57.741.485 validações, tendo o indicador passageiros.Km registado um aumento de 2,2% face a 2014. O aumento da receita em 3,3% face a 2014 e a redução dos gastos com a operação em 15,7%, permitiram apurar uma taxa de cobertura de 105,9%, pela primeira vez positiva na história da Metro do Porto.

Conforme consta da demonstração dos resultados anexa, a Metro do Porto apurou um resultado operacional negativo de 101,6 M€, o que traduz um agravamento do resultado em cerca de 16,5 M€ (-19%).

Contudo, em virtude da evolução favorável registada face a 2014 ao nível da atualização financeira da provisão (+100,7 M€) e da flutuação do justo valor da carteira de swaps (+132,2 M€), o resultado líquido apresentou uma evolução favorável de cerca de 207 M€ (+51,7%).

#### 3.2.1 Atualização financeira da provisão

Esta rubrica respeita ao desconto para o momento presente da provisão reconhecida para fazer face à responsabilidade de renovação dos ativos da concessão. O impacto da referida atualização no resultado do período foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	31-12-2015	31-12-2014	Variação 2015/2014	
			Valor	%
Atualização financeira da provisão (Valores em milhares de euros)	2.730	-97.980	100.710	102,8%



A variação apurada resulta da alteração das estimativas que serviram de base ao cálculo da provisão para renovação dos ativos da concessão, bem como da flutuação das taxas de desconto utilizadas.

### 3.2.2 Aumentos/reduções de justo valor

As flutuações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos assumiram, no quarto trimestre de 2015, um impacto favorável nos resultados:

DESCRIÇÃO	31-12-2015	31-12-2014	Variação 2015/2014	
			Valor	%
Perdas por redução do justo valor	0	118.277	-118.277	-100%
Ganhos por aumento de justo valor	13.875	0	13.875	- -
<i>Impacto líquido em resultados</i>	<i>13.875</i>	<i>-118.277</i>	<i>104.402</i>	<i>88%</i>

(Valores em milhares de euros)

De referir que o valor registado como rendimento em 2015 respeita apenas à evolução positiva verificada no justo valor dos swaps detidos classificados como de especulação, já que a variação do justo valor do swap de cobertura é reconhecida no capital próprio.

De acordo com a avaliação efetuada por entidade privada independente, o mark-to-market dos instrumentos financeiros derivados detidos era, a 31 de dezembro de 2015, de 519 M€. No âmbito do contrato de mandato com representação, celebrado com o IGCP, esta entidade procede igualmente à avaliação trimestral da carteira de swaps detida, tendo apurado, à mesma data, o valor de 542 M€, o que representa uma divergência de 23 M€, com impacto desfavorável no resultado líquido do período.

### 3.3 - ORÇAMENTO PARA 2015

O Orçamento, Plano de Atividades e Indicadores Previsionais de Gestão para o ano de 2015 não foram ainda aprovados em Assembleia Geral da Metro do Porto.



A execução do orçamento em 2015 foi a seguinte:

Descrição	Real 2015	Orçamento 2015	Execução anual
<b>Gastos</b>			
Fornecimentos e serviços externos	46.100	52.880	87,2%
<i>FSE sem modelo intangível (IAS 11)</i>	45.716	43.958	104,0%
Gastos com o pessoal	4.127	2.130	193,8%
Gastos de depreciação e amortização	58.848	59.038	99,7%
Imparidades	1	0	--
Provisões do período	53.810	40.091	134,2%
Outros gastos e perdas	370	7.116	5,2%
Gastos e perdas de financiamento	108.537	126.561	85,8%
Imposto s/o rendimento período	67	0	--
<b>Total de gastos</b>	<b>271.861</b>	<b>287.816</b>	<b>94,5%</b>
<b>Rendimentos</b>			
Prestações de serviços	43.072	52.939	81,4%
<i>Prst. Serv. sem mod intangível (IAS 11)</i>	42.689	44.017	97,0%
Reversões	1.082	0	--
Ganhos por aumentos do justo valor	13.875	0	--
Outros rendimentos e ganhos	17.490	16.475	106,2%
Juros e outros rendimentos similares	2.976	91	3270,3%
<b>Total de rendimentos</b>	<b>78.495</b>	<b>69.505</b>	<b>112,9%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-193.366</b>	<b>-218.311</b>	<b>--</b>

(Valores em milhares de euros)

Da análise do quadro acima, importa salientar o seguinte:

- Face ao orçamentado, a execução ao nível do resultado líquido negativo do período apresenta um desvio favorável no montante de 24,9 M€;
- O referido desvio resulta do facto de os gastos incorridos terem sido inferiores aos orçamentados em cerca de 16,0 M€ e de os rendimentos terem ultrapassado os valores previstos no orçamento, em cerca de 9,0 M€;
- Analisando a execução ao nível dos gastos verifica-se que a maior redução face ao orçamentado ocorreu ao nível dos gastos de financiamento (-18 M€) e dos fornecimentos e serviços externos (-6,8 M€), ainda que parcialmente compensada pelos gastos com provisões, que ultrapassaram o valor orçamentado em 13,7 M€;





- Do lado dos rendimentos, regista-se um desvio favorável face ao orçamentado, decorrente, essencialmente, dos ganhos registados com a flutuação do justo valor dos swaps, que permitiu mais do que compensar a evolução desfavorável registada ao nível da prestação de serviços.

#### 4. CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A Metro do Porto encontra-se incluída no grupo das Entidades Públicas Reclassificadas, pelo que o seu orçamento integra o Orçamento do Estado.

Em 2015 foram apresentados os seguintes pedidos de alteração orçamental:

- Primeiro - referente à reclassificação da componente das rendas de locação financeira, conforme orientações do Tribunal de Contas;
- Segundo - resultante da necessidade de dotar a participada Metro do Porto, Consultoria Unipessoal, Lda. de fundos para o cumprimento das suas obrigações, pelo que a rubrica da despesa relativa a ativos financeiros carecia de um aumento de 150 €, que foi novamente apresentado em setembro de 2015, como quinto pedido de alteração orçamental;
- Terceiro - de acordo com as instruções da DGO, completa o primeiro pedido de alteração orçamental apresentado, estendendo-o ao montante das rendas em questão que foram sujeitas a cativação, no valor de 0,8 M€;
- Quarto - solicita autorização para aplicação em despesa do saldo de gerência de 2014;

Todos estes pedidos foram devidamente aprovados.

Foram ainda apresentados dois pedidos de desativação parcial de verbas, no valor de 77,7 M€, devidamente autorizados.

Os quadros seguintes sintetizam os mapas de controlo da execução orçamental, reportados a 31 de dezembro de 2015:

Despesa	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Despesas pagas	Saldos	Grau %
Despesa efetiva	176.077	171.188	165.074	11.003	94%
Ativos financeiros	2	1	1	1	53%
Passivos financeiros	449.546	449.546	449.546	0	100%
Total despesa	625.625	620.735	614.621	11.004	98%

(Valores em milhares de euros)

De referir que a dotação da despesa apresentada no quadro anterior reflete as cativações de verbas previstas no Orçamento do Estado para 2015.

Do total da despesa paga, cerca de 73% respeita à amortização dos financiamentos obtidos, sendo a despesa efetiva relativa essencialmente a aquisições de serviços (cerca de 70 M€) e pagamento de juros e encargos de financiamento (cerca de 61 M€).



Receita	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Receita por cobrar	Grau %
Receita efetiva	61.937	61.339	48.981	99%
Passivos financeiros	562.252	549.000	0	98%
Saldo gerência anterior	7.616	7.616	0	100%
Total receita	631.805	617.955	48.981	98%

(Valores em milhares de euros)

Analisando a decomposição da receita, verifica-se que os empréstimos do Estado, via DGTF, constituem a principal fonte de financiamento, representando 88,8% da receita total cobrada.

O grau de execução global do orçamento da despesa e receita foi de 98%. A receita cobrada foi superior à despesa paga, tendo sido gerado um excedente no montante de 3,4 M€.

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas e despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido. No final do ano, o saldo global (receita efetiva-despesa efetiva) era negativo em 103,7 M€.

De referir que continua a não existir um sistema informático que assegure o controlo orçamental e o respetivo reporte, o que, na nossa opinião, representa algum risco.

## 5. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS

### 5.1. Deveres de informação

A Metro do Porto cumpriu os deveres especiais de informação legalmente definidos, tendo remetido à Inspeção-Geral de Finanças, à Direção Geral do Tesouro e Finanças e aos membros do Governo responsáveis pelas tutelas financeira e técnica a documentação prevista na lei.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, e dado que o prazo médio de pagamentos da Metro do Porto é superior a 60 dias, foi divulgada no sítio da Internet da empresa uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias.

A Metro do Porto, na qualidade de Empresa Pública Reclassificada, tem procedido ao registo da informação sobre execução orçamental no suporte informático disponibilizado pela DGO.



## 5.2. Orientações e Objetivos de Gestão

A Metro do Porto encontra-se vinculada ao cumprimento dos objetivos fixados para o Setor Empresarial do Estado (SEE) e aos definidos pelo Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas para o horizonte 2014-2020 (PET13+), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 18 de junho. Não foram estabelecidos objetivos específicos, para além das metas definidas no Ofício Circular n.º 11156 da DGTF, relativo às instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015.

### 5.2.1. Redução remuneratória

A Metro do Porto cumpriu com as normas de redução remuneratória dos gestores públicos e equiparados em 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Foram igualmente cumpridas as diretrizes de redução remuneratória e respetiva reversão, previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como de não atribuição de prémios de gestão.

### 5.2.2. Redução de gastos

Os objetivos a atingir ao nível da redução dos gastos encontram-se determinados no Ofício Circular n.º 11156, de 2 de dezembro de 2014, da DGTF.

No período de 2015 verifica-se que nem todos os objetivos definidos foram atingidos. Com efeito, embora tenham sido reduzidos, face a 2010, os gastos com fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal, acima da meta de 15% estabelecida, tendo sido reduzidos os gastos com viaturas e com comunicações face a 2014, não foram alcançados os seguintes objetivos:

- o parque automóvel da empresa foi aumentado em uma viatura
- os gastos com deslocações e estadas sofreram um aumento face a 2014
- também os gastos com ajudas de custo registaram um aumento face ao ano anterior.

### 5.2.3. Acréscimo de Endividamento

O Ofício Circular n.º 11156 da DGTF acima referido estipulou o limite máximo de acréscimo ao endividamento para 2015 de 3%, limite esse que foi cumprido, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2014	31-12-2015
Divida bruta	3.220.741	3.313.375
Bonificação de juros	3.347	2.948
Divida líquida (*)	3.217.394	3.310.427
% de aumento do endividamento		2,89%

(Valores em milhares de euros)

(\*) Financiamento líquido de bonificações de juros obtidas nas operações de financiamento BEI e IEP



#### 5.2.4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do ano.

Regista-se uma melhoria do prazo médio de pagamentos da Metro do Porto, que reduziu de 65 dias, no final de 2014, para 63 dias, a 31 de dezembro de 2015.

#### 5.2.5. Princípios de bom governo

A Metro do Porto cumpre, na generalidade, os Princípios de Bom Governo fixados no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Com o relatório e contas de 2015, foi igualmente emitido o Relatório do Governo Societário, o qual respeita a estrutura definida nas instruções da DGTf.

O Plano de Igualdade será elaborado pela Autoridade Metropolitana dos Transportes, entidade que será responsável pela criação do cargo de Provedor do cliente.

#### 5.2.6. Unidade de tesouraria

A Metro do Porto tem procurado dar cumprimento às regras de unidade de tesouraria do Estado, mantendo em contas bancárias apenas os montantes considerados indispensáveis para evitar o descoberto bancário associado à gestão corrente da Empresa e para satisfazer os seus compromissos de financiamento.

Para 2015 foi obtido despacho favorável (Despacho nº 1130/15-SET, de 24 de Julho) ao pedido apresentado pela Metro do Porto, solicitando a renovação da autorização concedida ao abrigo do regime de exceção ao princípio da unidade de tesouraria. Deste modo, está a Metro do Porto autorizada a utilizar a banca comercial para operações de prestação de garantia bancária, de recolha de fundos ou celebração de qualquer tipo de contrato de locação.

#### 5.2.7. Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade relativo a 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração.

### 5.3. Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso

A Metro do Porto assumiu compromissos superiores aos fundos disponíveis, o que viola o disposto no nº 5 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e à operacionalização da prestação de informação. Deste modo, foi apresentado em janeiro de 2015 o pedido de aumento temporário dos fundos disponíveis.

De salientar que o controlo dos compromissos é efetuado através do recurso a ficheiros Excel, não permitindo o sistema informático o controlo automático deste tipo de informação



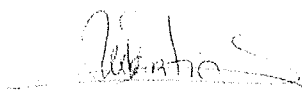
## 6. NOTAS FINAIS

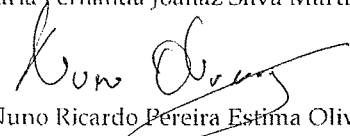
A Metro do Porto continua a apresentar no seu balanço capitais próprios negativos, em virtude dos resultados líquidos negativos apurados. Por conseguinte, a continuidade das operações da empresa dependerá da obtenção de resultados positivos no futuro e, essencialmente, da manutenção do apoio do acionista Estado, apoio esse que foi reafirmado pelo seu representante na última Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2015.


De salientar que, não obstante o resultado operacional ser negativo, o resultado líquido negativo apurado decorre essencialmente dos elevados gastos de financiamento incorridos, pelo que seria recomendável a reformulação do modelo de financiamento da Metro do Porto.

Porto, 06 de junho de 2016

O Conselho Fiscal

  
Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins - Presidente

  
Dr. Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira - Vogal

  
António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada  
por Dr. António Monteiro de Magalhães - R.O.C. nº 179 - Vogal



7. ANEXOS

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



Balanço da Metro do Porto, S.A. reportado a 31 de dezembro de 2015

	(Valores em milhares de euros)	
RUBRICAS	31-12-2015	30-09-2015
<b>ATIVO</b>		
<i>Ativo não corrente</i>		
Ativos fixos tangíveis	3.052	3.026
Ativos intangíveis	2.009.297	2.024.600
Participações financeiras - MEP	276	268
	<u>2.012.615</u>	<u>2.027.893</u>
<i>Ativo corrente</i>		
Clientes	44.326	40.539
Estado e outros entes públicos	20.880	19.949
Outras contas a receber	40.393	36.099
Diferimentos	13	40
Outros ativos financeiros	6.985	7.949
Ativos não correntes detidos para venda		3
Caixa e depósitos bancários	3.335	11.267
	<u>115.931</u>	<u>115.846</u>
Total do ativo	<u>2.128.546</u>	<u>2.143.739</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital realizado	7.500	7.500
Outros instrumentos de capital próprio	225	225
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados	(17.383)	(18.007)
Resultados transitados	(2.762.247)	(2.762.247)
Ajustamentos em participações financeiras	1.129	1.146
Subsídios ao investimento	547.913	549.889
Outras variações no capital próprio	3.776	3.116
Resultado líquido do período	<u>(193.366)</u>	<u>(215.470)</u>
Total do capital próprio	<u>(2.412.452)</u>	<u>(2.433.848)</u>
<b>Passivo</b>		
<i>Passivo não corrente</i>		
Provisões	585.080	646.880
Financiamentos obtidos	2.821.120	3.065.172
Instrumentos financeiros derivados	20.353	21.741
	<u>3.426.553</u>	<u>3.733.794</u>
<i>Passivo corrente</i>		
Fornecedores	6.355	8.131
Fornecedores de investimentos	162	212
Estado e outros entes públicos	185	193
Financiamentos obtidos	492.254	228.326
Instrumentos financeiros derivados	498.644	498.389
Outras contas a pagar	116.780	108.364
Outros passivos financeiros	65	179
	<u>1.114.445</u>	<u>843.794</u>
Total do passivo	<u>4.540.998</u>	<u>4.577.588</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>2.128.546</u>	<u>2.143.739</u>



Demonstração dos resultados por naturezas da Metro do Porto, S.A.  
do período findo em 31 de dezembro de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	(Valores em milhares de euros)	
	Dezembro 2015	Dezembro 2014
Réditos		
Serviços prestados (construção)	384	3.237
Serviços prestados (transporte)	41.770	40.087
Serviços prestados (direitos de utilização)	74	8.358
Outras vendas e serviços prestados	845	791
Outros rendimentos		
Subsídios à exploração	0	8.046
Ganhos imputados subsidiárias, assoc. e empr. conj.	955	172
Outros rendimentos e ganhos	16.535	26.540
Gastos e perdas		
Fornecimentos e serviços externos (construção)	(384)	(3.237)
Fornecimentos e serviços externos (operação e manutenção)	(35.065)	(41.168)
Fornecimentos e serviços externos (direitos de utilização)	(74)	(8.358)
Outros fornecimentos e serviços externos	(10.578)	(7.008)
Gastos com o pessoal	(4.127)	(4.707)
Imparidade de dívidas a receber	541	(827)
Provisões líquidas	(53.271)	(47.310)
Perdas imputadas subsidiárias, assoc. e empr. conj.	(2)	(2)
Outros gastos e perdas	(369)	(746)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(42.764)	(26.134)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(58.848)	(58.998)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(101.612)	(85.132)
Juros e rendimentos similares obtidos	246	291
Juros e gastos similares suportados	(108.537)	(99.489)
Atualização financeira das provisões	2.730	(97.980)
Aumentos/Reduções de justo valor	13.975	(118.277)
Resultado antes de impostos	(193.298)	(400.587)
Imposto sobre o rendimento do período	(67)	(45)
Resultado líquido do período	(193.366)	(400.632)